

O QUE PODE SER FEITO PARA MITIGAR AS LACUNAS DE INFORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+ NO BRASIL?

Natália Fiorante Breda¹

José Carlos Vaz²

Cristiane Kerches³

RESUMO

O presente trabalho insere-se no campo da Demografia e da Gestão de Políticas Públicas, com foco na análise de bases de dados e informações sobre a população LGBTQIA+. É conhecida a lacuna de dados públicos relativos a essa população no Brasil que pode impactar na elaboração, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas. O objetivo é apresentar possibilidades de ações por parte dos órgãos governamentais para mitigar as lacunas de informação em políticas públicas LGBTQIA+, incluindo a atuação do judiciário, o incentivo a debates públicos e a proposição de uma cesta de indicadores sociais. A partir da literatura e do levantamento da produção de dados existentes até 2022, foi realizada uma análise das necessidades e da disponibilidade de dados no Brasil, em função da importância da gestão pública pautada em evidências. O principal resultado é a proposição de uma cesta de 59 indicadores sociais, podendo ser utilizada como insumo para debates públicos e estudos aprofundados de caráter propositivo, contribuindo para o enfrentamento da invisibilidade estatística da população LGBTQIA+ e fortalecimento de políticas públicas inclusivas no Brasil.

Palavras-chave: Capacidades estatísticas; Dados abertos; Políticas Públicas baseadas em evidências; Indicadores sociais; População LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO

É conhecida a lacuna de dados públicos relativos à população LGBTQIA+ no Brasil que impacta na elaboração, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas (Breda; Vaz, 2021). O objetivo é apresentar possibilidades de ações, por parte dos órgãos

¹ Mestranda em Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. ORCID: 0000-0002-7187-0519.

² Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. Doutor em Administração de Empresas e Sistemas de Informação pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e coordenador do Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública – GETIP. ORCID: 0000-0001-5216-9279.

³ Professora Doutora no curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas e de pós-graduação do Programa de Mudança Social e Participação Política – Promuspp da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP. Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (1996), mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2000 e 2006 respectivamente). ORCID: 0000-0002-4610-0520.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

governamentais, para mitigar as lacunas de informação em políticas públicas LGBTQIA+. A partir da literatura e do levantamento da produção de dados existentes até 2022, foi realizada uma análise das necessidades e da disponibilidade de dados, em função da importância da gestão pública pautada em evidências. O principal resultado é a proposição de uma cesta de indicadores sociais, podendo ser utilizada como insumo para debates públicos e estudos aprofundados de caráter propositivo.

Ao se tratar da temática LGBTQIA+ é importante mencionar que a sigla como um todo faz referência à identidades de gênero e sexualidade de pessoas que não são cisgêneras⁴ e heterossexuais. O primeiro termo corresponde a *“como cada pessoa se identifica em relação ao seu gênero”*, já sexualidade é um aspecto central da vida de uma pessoa que *“abrange corpo, sexo, identidades, papéis e expressões de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução”* (Ciasca; Hercowitz; Lopes Jr., 2021). Portanto, lésbicas, gays, bissexuais e assexuais fazem parte da terminologia “sexualidade”, enquanto travestis, transexuais, pessoas transgêneras e agêneras correspondem às “identidades de gênero”. “Queer” pode ser designado tanto para identidades sexuais quanto para de gênero, correspondendo às pessoas que não são heterossexuais ou cisgêneras e que questionam os padrões sociais existentes (Ciasca; Hercowitz; Lopes Jr., 2021). O “+” representa as demais diversidades.

Dito isso, também é preciso situar o leitor no debate de gênero e sexualidade, inerentes à temática, sem deixar de lado as perspectivas científicas da sexualidade, tendo por base os pensamentos dos filósofos Michel Foucault e Judith Butler. Destaca-se que o trabalho não pretende se aprofundar nas discussões filosóficas, utilizando-as apenas para conceituações gerais pertinentes ao escopo de estudo. Foucault (1988), demonstrou que desde a Antiguidade Greco-romana até a política nacionalista de formação dos Estados na Europa, o controle do corpo era algo presente nos discursos históricos. Na perspectiva dele, existem “discursos verdadeiros” que são explanados por pessoas que detêm poderes específicos (como o de saber -associado ao conhecimentos-, e, discursivo -associado a tipos de falas estratégicas) e que quando esses “discursos verdadeiros” são produzidos em relação ao campo da sexualidade, tornam-se

⁴ Diz respeito às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (Ciasca; Hercowitz; Lopes Jr., 2021).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

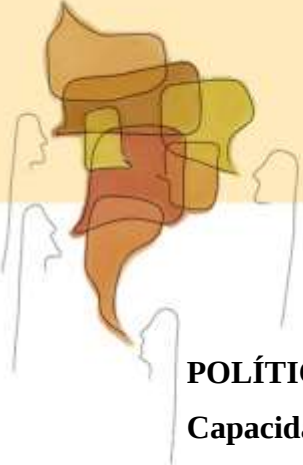
UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

problemas por levarem à repressão sexual (a patologização da homossexualidade, do corpo feminino, do corpo negro, entre outros, são exemplos disso) (Foucault, 1984 *apud* Ribeiro, 1999).

A Teoria Queer por sua vez, criada na década de 1980, dizia respeito às produções teóricas e de ativismos políticos que contestava e desconstruía as normas cis, heterossexuais e patriarcais. Ela foi construída a partir de estudos gays, lésbicos e feministas e afirmava que não existiam “*papéis sexuais inatos ou biologicamente determinados*”, implicando dizer que tanto a orientação sexual, quanto as identidades de gênero, seriam “*atos performáticos construídos socialmente*” (Ciasca; Pouget, 2021). Publicado originalmente em 1990, o livro Problemas de Gênero, de Judith Butler (2024), reflete que “*não se pode fazer referência a um corpo que não tenha sido desde sempre interpretado mediante significados culturais*” (Butler, 2024, p. 29).

Dessa forma, a Teoria Queer desempenha um importante papel ao questionar os padrões relativos à identidades de gênero e orientação sexual, possibilitando a aquisição de direitos e a redução de desigualdades, sobretudo para aquelas pessoas consideradas “desviantes”. Os debates supracitados, gênero e sexualidade, e redução das desigualdades a partir do questionamento dos padrões heterocisnormativos⁵, transformam-se em objeto de política pública e podem ser pautas para discussões em movimentos sociais LGBTQIA+, sendo estes, os responsáveis por historicamente assumir, na falta da ação estatal, a produção de dados e informações sobre a temática a fim de garantir a visibilidade e fundamentar as lutas da população LGBTQIA+ por reconhecimento e por políticas públicas. Para além da presente introdução, o texto contará com outras quatro seções, sendo elas: a importância das políticas públicas serem pautadas em evidências, abordando temas como capacidades estatísticas, dados governamentais abertos e indicadores sociais; seguido das possíveis alternativas para mitigar as lacunas de informação em políticas públicas LGBTQIA+; encerrando-se com a síntese dos principais apontamentos percorridos ao longo do artigo e as perspectivas de continuidade da pesquisa.

⁵ Diz respeito a “uma estrutura social que impõe um padrão heterossexual (pessoa que tem atração pelo gênero “oposto”) e cisgênero (pessoa que se identifica com o gênero designado ao nascimento)” (Ciasca; Hercowitz; Lopes Jr., 2021).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

POLÍTICAS PÚBLICAS PAUTADAS EM EVIDÊNCIAS

Capacidades estatísticas

Segundo Dargent *et al.* (2018, p. 11), o conceito de capacidades estatísticas se baseia na:

“Capacidade do Estado e abrange uma série de atributos administrativos ou burocráticos, como a existência de uma burocracia profissionalizada, autonomia frente às interferências políticas e capacidade de coordenação entre os diversos atores”.

Em outras palavras é a existência de um sistema permanente, dotado de recursos necessários para se manter, sejam eles: financeiros, humanos, tecnológicos e físicos, capaz de gerar “*dados estatísticos relevantes e de qualidade*”, e podendo “*difundi-los adequada e pontualmente*” (Dargent *et al.*, 2018, p. 11). Ainda para os autores, “*a capacidade estatística de um país está intimamente ligada à possibilidade de tomar decisões de política sustentadas por evidências e à gestão pública baseada em resultados*” (Dargent *et al.*, 2018, p. 1). Grande parte dos dados e informações que são produzidos e destinados às políticas públicas, acontecem no âmbito nacional dos sistemas estatísticos, como é o caso dos Censos Demográficos, PNADS e demais levantamentos de registros administrativos institucionais (Jannuzzi, 2002). Portanto, quanto maior a produção e transparência dos dados públicos, maior a possibilidade de resultados eficazes na gestão de políticas públicas. Neste caso, as lacunas de informações relativas à população LGBTQIA+ são um desafio para a produção de políticas públicas para esse grupo.

Para que a gestão pública avance na utilização de evidências, são necessários três pré-requisitos (Head, 2010 *apud* Dargent *et al.*, 2018, p. 1-2), sendo eles: i) equipe capacitada e qualificada na “*análise de dados e avaliação de políticas públicas*”; ii) articulação política para a utilização de evidências na elaboração de políticas públicas; e, por último, iii) informações legítimas, confiáveis e de qualidade “*nas áreas relevantes de análise*”. Além disso, segundo Dargent *et al.* (2018, p. 2), para que existam capacidades estatísticas de qualidade, precisa haver um Departamento Nacional de Estatísticas (DNE) eficaz. No Brasil, um equivalente seria o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dito isso, nota-se uma correlação entre o desenvolvimento de capacidades do Estado e as capacidades estatísticas per si, uma vez que, para que o primeiro cenário ocorra, é necessário haver “*investimento na produção de estatísticas relevantes e confiáveis*” e que possam ser



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

utilizadas por diversos atores, sejam eles burocratas, políticos, da sociedade ou do mercado, enquanto para que se tenha um *“sistema estatístico com alta capacitação técnica, autonomia e recursos”* é necessário haver um *“nível mínimo de capacidades do Estado e investimentos de longo prazo na produção e manutenção de estatísticas, a fim de garantir sua permanência”* (Dargent *et al.*, 2018, p. 11). No que tange a temática LGBTQIA+ faltam investimentos em capacidades estatísticas e do Estado, fator que evidencia a marginalização dos direitos e garantias fundamentais desse grupo na agenda governamental, dado o cenário de poucos dados públicos que impactam na elaboração políticas públicas e, sem políticas públicas, também não há dados para elaborar programas sociais voltados a este público (Silva *et al.*, 2021). Para isso, será importante compreender o conceito de dados abertos públicos (ou governamentais), tema a ser abordado na seção seguinte.

Durante a elaboração do artigo foram realizadas pesquisas nas bases de dados, Scielo e Periódicos Capes, nos quais foram encontradas informações abrangentes sobre a população LGBTQIA+, sobretudo na área da saúde. Entretanto, as pesquisas retornaram poucos resultados com o recorte de dados abertos. Parte dos artigos encontrados também alertava sobre a problemática da disponibilidade de dados públicos, como o que foi produzido por Carvalho e Barreto (2021) e que aborda a invisibilidade da população LGBTQIA+, em âmbito nacional, nas bases de dados públicos de saúde. Além disso, o fato do censo demográfico não registrar, por pelo menos mais uma década, os campos de identidade de gênero e orientação sexual (Corsini; Barreto, 2021), pode ser mais um indicativo da urgência da temática no país.

Lembrando que, as estatísticas oficiais públicas, como é o caso do censo demográfico e de demais pesquisas realizadas pelo Sistema de Estatísticas Oficiais (SEO) do Brasil, são fundamentais para que gestores públicos de qualquer âmbito (municipal, estadual, federal) façam diagnósticos precisos sobre uma determinada realidade social. Além deste fator técnico, os dados e estatísticas públicas oficiais podem ser utilizados para fazer com que questões públicas entrem na agenda governamental (Jannuzzi, 2018). Por exemplo, em uma situação ficcional, em que os indicadores sociais apontam para uma evasão no sistema educacional, a imprensa, partidos políticos, sindicalistas e ONGs podem utilizar disso como uma forma de pressionar os entes públicos para que medidas sejam aprovadas.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Também é importante pontuar que o uso das evidências servem como um instrumento nas mãos de atores envolvidos no processo da política pública e que podem utilizá-las “*com propósitos conscientes*” (Pinheiro, 2020). Sendo assim, as evidências podem conferir respeitabilidade à atividade de analistas de política e “*policy makers*”. Apesar das evidências serem importantes durante todo processo, não são os fatores decisivos (Pinheiro, 2020). Isto acontece, pois este processo também engloba fatores políticos, crenças e valores individuais, afinal, pessoas são seres políticos e com suas próprias visões de mundo no âmbito da tomada de decisões da política pública.

Como uma forma de superar os desafios abordados anteriormente, organizações não governamentais passaram a produzir dados e informações relativos à população LGBTQIA+, como é o caso da TODXS, que consolidou em 2020 a “*Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+ – Identidade e perfil sociodemográfico*”⁶; da ANTRA, com os dossiês anuais sobre os “*Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras*”⁷ e do Grupo Gay da Bahia, com os “*Relatórios anuais de mortes LGBTI+ no Brasil*”⁸. Iniciativas como essa são responsáveis por articular o debate em políticas públicas e por auxiliar a entrada de questões de políticas públicas na agenda governamental, como foi o caso das pressões realizadas pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) que serviu de insumo para que o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparasse a homotransfobia ao crime de racismo (ADO 26 e MI 4733). Portanto, é reconhecida a importância dessas iniciativas, mas entendendo que não exime a responsabilidade que o Estado tem para com esse grupo. Um cenário possível é a ação dos governos estaduais e municipais, sobretudo por meio da secretaria de saúde e segurança pública, auxiliando na coleta e sistematização de dados abertos governamentais LGBTQIA+, uma vez que os registros administrativos que já são feitos também poderiam incluir mais especificidades de informações sobre a população.

⁶ Disponível em: <https://www.todxs.org/biblioteca/?material=pesquisa-nacional-por-amostra-da-populacao-lgbti-identidade-e-perfil-sociodemografico>. Acesso em: 26 jan. 2022.

⁷ Disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

⁸ Disponível em: <https://grupogaydabahia.com/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 26 jan. 2022.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

Para Pires e Gomide (2016), as capacidades estatais devem ser entendidas como presentes no conjunto de meios e possibilidades de que o Estado dispõe para realizar seus objetivos. Da mesma forma, Wu e Howlett (2015) vêem as capacidades estatais a emergir da combinação de competências de três naturezas: analíticas, operacionais e políticas. Os mesmos autores destacam que tais competências encontram-se disponíveis não somente em uma organização pública ou burocracia profissional específica, podendo ser mobilizadas de distintas fontes dentro do aparato estatal. Nesse sentido, pode-se afirmar a existência de capacidades estatais sistêmicas.

Em consonância com essas ideias de Pires e Gomide (2016) e Wu e Howlett (2015), é possível considerar que a capacidade estatística também pode ser compreendida como uma capacidade sistêmica, especialmente no contexto federativo brasileiro e no que se refere a problemas complexos cuja descrição e interpretação exigem dados e instrumentos analíticos de caráter multi e intersetorial. Esse, seguramente, é o caso dos dados e informações necessários para subsidiar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a população LGBTQIA+. Sua disponibilidade depende de ações que ultrapassam os limites de uma única organização pública. Sua produção requer o envolvimento de múltiplas organizações estatais nas várias esferas da federação, cuja atuação se complementa, tanto na produção e coleta de dados de registros administrativos como na produção de estatísticas oficiais.

Dados governamentais abertos

“Dados abertos públicos são dados produzidos pelos governos, que devem ser colocados à disposição de qualquer cidadão e para qualquer fim” (Isotani; Bittencourt, 2015, p. 13). O conceito de *Dados Abertos Públicos* (ou *Governamentais*) surgiu em 2007, por meio de discussões entre ativistas da Internet e pensadores, inspirados no *“conceito de código aberto (do inglês, open source)”*, e foi fundamentado por outros *“três pilares conceituais: abertura, participação e colaboração”* (Isotani; Bittencourt, 2015, p. 21). Esse termo foi fortalecido principalmente depois do Memorando do ex-presidente norte-americano, Barack Obama, sobre Transparência e Dados Governamentais (OBAMA, 2008 *apud* Isotani; Bittencourt, 2015) e pela



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

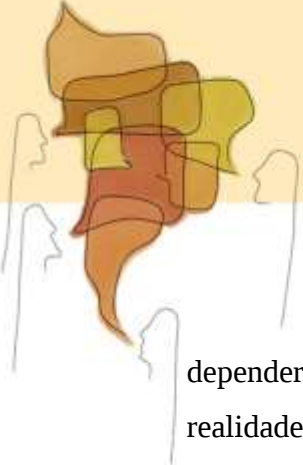
criação do *Data.gov*, portal de dados governamentais abertos na Internet em que qualquer cidadão norte-americano poderia utilizá-lo para consultas.

Em 2011, “o governo brasileiro foi um dos fundadores da *Open Government Partnership*”, instituição que promove práticas governamentais transparentes, bem como acesso à informações públicas e participação social no mundo todo e que atualmente conta com 78 países membros. No ano seguinte, o governo brasileiro criou o *dados.gov.br*, cuja principal funcionalidade era disponibilizar dados públicos seguindo os princípios de dados abertos e também criou a política de acesso à informação do governo federal (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA) (Isotani; Bittencourt, 2015).

Segundo Alcantara *et al.* (2015), a disponibilização de dados tem gerado diversos benefícios nas áreas em que ocorre, como é o caso da “*transparência em órgãos governamentais*” que tem servido como “*uma importante ferramenta no combate a corrupção e ampliação da participação da sociedade no processo de desenvolvimento de novas soluções*” (Alcantara *et al.*, 2015, p. 2). O entendimento do conceito é essencial para o escopo de trabalho atual, pois permite a ampla compreensão de que os dados públicos são uma ferramenta de transparência e capazes de auxiliar na gestão de políticas públicas a partir do estabelecimento de um patamar mais elevado de exigência sobre disponibilização de dados (Vaz; Ribeiro; Matheus, 2010). Além de ser uma possibilidade de produto final obtida através de um cenário hipotético de aplicação da cesta de indicadores sociais relativos à população LGBTQIA+ (disponível no item 3.3). No entanto, antes disso, é preciso compreender o conceito de indicadores sociais.

Indicadores sociais voltados à população LGBTQIA+

Segundo Jannuzzi (2017), os indicadores sociais são fundamentais para entender os debates sobre desigualdade, desemprego, pobreza e também para formular e/ou implementar programas, políticas e ações nessas áreas. Logo, os indicadores sociais estão no cerne do planejamento governamental e da gestão pública, presentes em todas as etapas do ciclo de políticas públicas (formulação, tomada de decisão, implementação, avaliação e monitoramento). São comumente utilizados para destacar avanços e/ou retrocessos nas condições de vida humana; apontar as prioridades sociais em determinado governo e avaliar a eficácia (ou ineficácia a



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

depende do caso) das políticas públicas (Jannuzzi, 2017). Também mostram aspectos da realidade social, conforme sua categoria temática, ou mudanças que ocorrem na sociedade, sobretudo por meio de informações quantitativas (Jannuzzi, 2017).

Para além de ser consoante às políticas de dados abertos governamentais, os indicadores possibilitam uma visão detalhada de dada realidade social ao mesmo tempo em que permitem análise profunda de mudanças sociais quando é coletado periodicamente (Jannuzzi, 2017). Passaram a ser utilizados com maior afinco após o período de redemocratização com o advento da Constituição Cidadã (Brasil, 1988), associado também à profissionalização da administração pública, ao maior acesso a informações e pressões por transparência em relação aos recursos públicos por parte da sociedade (Jannuzzi, 2017, intro), além dos resultados obtidos por meio das análises dos indicadores, realizados por órgãos de renome, como o IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), dentre outros, que passaram a ser divulgados mais amplamente por jornais, revistas e programas televisivos (Jannuzzi, 2017).

Sendo assim, caso não haja produção de dados e informações sobre uma determinada problemática, não é possível dimensionar a população referente àquele grupo, além de não ser possível avaliar pontos básicos, como o nível de bem-estar social, as desigualdades existentes e os efeitos de ações e/ou inações por parte do Estado (Jannuzzi, 2017). A produção de evidências, sejam elas por meio do aprimoramento das capacidades estatísticas em diferentes órgãos públicos e organizações sociais, ou através dos dados governamentais abertos e indicadores sociais, são urgentes para a formulação de políticas públicas LGBTQIA+, visto que crimes LGBTQIA+fóbicos são um dos problemas que assolam essa população e trazem risco à vida.

POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA MITIGAR AS LACUNAS DE INFORMAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTQIA+

Esta seção destina-se às possibilidades de ações, por parte dos órgãos governamentais, para mitigar as lacunas de informação em políticas públicas relativas à população LGBTQIA+. A partir de uma revisão de literatura, buscou-se compreender as alternativas apontadas por diferentes autores e identificar aquelas mais recorrentes nas produções acadêmicas e no geral. Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação do judiciário, do incentivo aos debates



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

públicos e da coleta e sistematização de indicadores sociais, como possibilidades para superar os desafios supracitados.

Atuação do judiciário brasileiro

No escopo do presente trabalho, entende-se que o poder judiciário brasileiro (Brasil, 2018) é composto por órgãos como, Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM). No entanto, o *“judiciário é inerentemente passivo e precisa ser acionado por atores externos para que tenha qualquer efeito”* (Taylor, 2007, p. 231). Por isso, tanto a Defensoria Pública (órgão do executivo) quanto o Ministério Público (órgão independente) são atores importantes no processo de defesa das minorias vulneráveis, já que podem apontar lacunas a serem resolvidas pelo judiciário.

A ação articulada entre os atores políticos, defensoria e ministério público, e o judiciário representam um ganho para a população LGBTQIA+, sendo possível notar avanços nos direitos da diversidade sexual e de gênero, como a proibição de diversas formas de discriminação, seja por orientação sexual ou por identidade de gênero via STF. Vale ressaltar que a ação do Judiciário é prevista em casos de conflito ou omissão de algum dos outros dois poderes e que de alguma forma podem colocar em risco os direitos subjetivos previstos na Constituição Federal de 1988 (direitos sociais).

Embora a atuação do judiciário possa não parecer estar diretamente relacionada com a produção de dados públicos relativos à população LGBTQIA+, ainda sim trazem à tona no debate público questões basilares, como o reconhecimento de direitos fundamentais, que afligem a população até os dias atuais e que podem favorecer a produção de registros administrativos. Lembrando que, segundo Taylor (2007, p. 231), *“um Judiciário que funciona bem serve de contrapeso aos outros poderes governamentais, provendo garantias para a separação entre os poderes e para a proteção das minorias”* (Madison; Hamilton; Jay, 1961; Montesquieu, 1990 *apud* Taylor, 2007).

Segundo Fruchi *et al.* (2021), são exemplos de avanços do judiciário nos últimos tempos: reconhecimento da união homoafetiva (ADPF 132/ADI 4277 e ADI 5971); proibição de



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

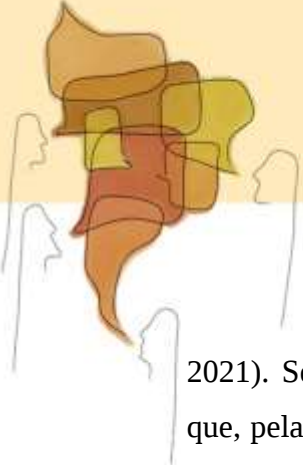
discriminações por orientação sexual nas forças armadas brasileira (ADPF 291); proibição de discriminações de “homens que fazem sexo com outros homens” e mulheres trans na doação de sangue (ADI 5543); reconhecimento do direito ao nome social, no registro civil, por pessoas trans e travestis independente de cirurgia (ADI 4175 e RE 670.422/RS); equiparação da homotransfobia ao crime de racismo (ADO 26 e MI 4733); entre outros (Fruchi *et al.*, 2021). Esses avanços contribuem para a produção de informação, uma vez que quando há proibição das discriminações (como é o caso da equiparação da homotransfobia ao crime de racismo), as pessoas tendem a sentir-se seguras para preencher informações pessoais em registros civis/administrativos, contribuindo para informações verídicas acerca da população. O mesmo também ocorre no caso do reconhecimento da união homoafetiva, permitindo detalhar o perfil dessa população em registros administrativos de cartórios.

Incentivo a debates públicos e à produção de conhecimento

A diversidade é inerente à comunidade LGBTQIA+, tornando-se essencial haver discussões interseccionais, considerando debates étnico-raciais, de gênero, desigualdades, condição socioeconômica, entre outros. Os grupos que não cumprem com a norma hegemônica⁹ imposta, como é o caso da população LGBTQIA+, estão suscetíveis a “*distintas formas de experiência de marginalidade*” (Borret *et al.*, 2021), ou seja, as questões vivenciadas por homens brancos e gays são diferentes das vivenciadas por mulheres negras e lésbicas, portanto, precisam de recortes interseccionais para análises.

Para que essas discussões ocorram, também é necessário respeitar o lugar de fala de cada indivíduo. Segundo Borret *et al.* (2021), “o apagamento e silenciamento de narrativas não hegemônicas” podem ser considerados “*estratégias de invisibilização de opressões e manutenção do padrão hegemônico imposto*”. A filósofa e pensadora contemporânea, Djamila Ribeiro, “*propõe o conceito de lugar de fala para discutir que, nas inter-relações sociais de poder, as pessoas e grupos ocupam distintos locus sociais, seja na condição de privilegiado ou marginalizado, e sugere que as narrativas sejam analisadas a partir desse lugar*” (Borret *et al.*,

⁹ Diz respeito à “*vivência e perspectiva do homem cis, branco, heterossexual, burguês e cristão*”, sob uma perspectiva eurocentrada (Borret *et al.*, 2021).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

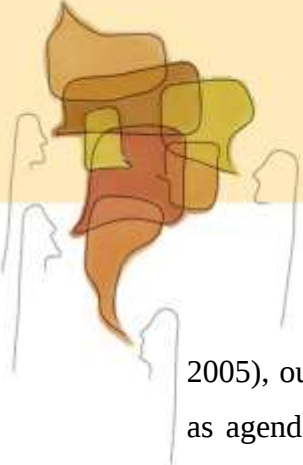
UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

2021). Sendo assim, é imprescindível que o protagonismo narrativo seja dado para as pessoas que, pela sua própria existência, vivenciam desigualdades sociais, como uma forma de estimular reflexões críticas sobre a temática. A fim de exemplificar a discussão, não dar protagonismo às pessoas LGBTQIA+ em um cenário de estudos de políticas públicas voltadas à LGBTQIA+fobia¹⁰, é mais uma forma de reprodução da heterocisnorma que as exclui, assim como acontece nos casos em que são *“analisados os impactos do racismo no Brasil sem considerar a perspectiva da população negra e indígena”* (Borret et al., 2021).

Tanto as discussões interseccionais, quanto o conceito de lugar de fala, são pontos que permitem abranger os diálogos sobre a população LGBTQIA+ na sociedade. Quanto mais essas temáticas forem dialogadas abertamente, sendo incentivadas pelas esferas públicas, possivelmente, maiores serão as chances de difundir informações sobre o grupo e maiores serão as chances de quebrar os ciclos de discriminação e preconceito. As notícias falsas ocorrem sobretudo em um cenário de desinformação. Segundo Wardle e Derakhshan (2017), este conceito se refere às informações falsas, de interesse público, que são criadas e espalhadas com a intenção de manipular a opinião pública e causar prejuízo. Considerando as questões morais e religiosas que permeiam a temática LGBTQIA+, as chances de que situações similares ocorram é alta.

Para além da abertura de debates na sociedade, o incentivo à produção, não só de artigos científicos e dados, mas também de demais conteúdos textuais, audiovisuais e formas de conhecimento são fatores importantes para mitigar as lacunas de informações referentes à políticas públicas LGBTQIA+. Isso se dá, pois na perspectiva de Kingdon (1984, p. 3-4 *apud* Howlett; Perl; Ramesh, 2013, p. 103) algumas questões ou problemas podem se tornar importantes para o governo e podem ser transformadas em políticas públicas. Em um contexto geral, a agenda governamental (Capella, 2005) é definida por diversos assuntos nos quais o governo concentra as suas atenções em um dado momento. Em decorrência da complexidade e volume de questões, somente algumas delas recebem atenção por parte dos formuladores. Essas, por sua vez, passam a compor a agenda decisional, *“subconjunto da agenda governamental que contempla questões prontas para uma decisão ativa dos formuladores de políticas”* (Capella,

¹⁰ Diz respeito ao *“medo, preconceito, discriminação, pensamentos negativos, violência contra pessoas da comunidade LGBTQIA+”* (Ciasca; Hercowitz; Lopes Jr., 2021).



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

2005), ou seja, em vias de se tornarem políticas públicas. No contexto político, também existem as agendas especializadas (Capella, 2005) como a “*da área de saúde, transportes, educação*” que explicitam a “*natureza setorial*” das políticas públicas. Considerando o recorte LGBTQIA+ como exemplo, os desafios enfrentados por essa população poderiam entrar com maior facilidade na agenda específica de direitos humanos se houvesse um contexto de debate público favorável à temática (janela de oportunidade).

De forma sintética, as questões precisam se transformar em problemas para assim entrarem na agenda governamental, isto porque uma questão é uma situação social percebida, porém não necessariamente desperta uma ação em contrapartida, enquanto o problema é quando formuladores de políticas públicas acreditam que algo precisa ser feito a respeito de uma determinada questão (Capella, 2005). Indicadores, eventos, crises e símbolos, assim como monitoramento e avaliação dos programas sociais implementados podem ser “*mecanismos*” que explicam a transformação de uma questão em problema, embora não funcionem isoladamente, dito que os problemas são construções sociais e, portanto, dependem de interpretações e/ou percepções dos atores envolvidos no processo (Capella, 2005).

Neste sentido, a articulação do debate público com a premissa de mitigar as lacunas de informações em políticas públicas LGBTQIA+ é importante, pois havendo um debate público que seja capaz de influir na produção de dados públicos ao mesmo tempo em que se tenha uma produção de dados que absorva o debate público e extraia uma agenda, pode ser que os avanços nessa temática sejam mais efetivos. Um exemplo disso é a Prefeitura de São Paulo, que por meio de atores que reconheciam a luta LGBTQIA+, estabeleceu uma plataforma digital de cadastramento da população no município (São Paulo, 2022), a fim de suprir as lacunas de informação em termos “*econômicos, sociais, educacionais e etários*” e possibilitar a “*implementação e aprimoramento de políticas públicas direcionadas*” (São Paulo, 2022 online). Outra iniciativa, com objetivo semelhante, mas com foco na comunidade lésbica, é a realização do 1º LesboCenso (LesboCenso, 2021), organizado pelas associações, Coturno de Vênus e Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). Pensando em um contexto mais específico, aquele que responsabiliza o Estado pela produção e sistematização de dados governamentais abertos sobre



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

esse grupo de pessoas, pensou-se em mais uma possível forma de mitigar as lacunas de políticas públicas, a proposição de uma cesta de indicadores sociais.

Proposição de uma cesta de indicadores

Para subsidiar a construção da cesta de indicadores sociais voltados à população LGBTQIA+, utilizou-se da literatura de Jannuzzi (2017) referente aos “atributos característicos de um indicador”. Sendo eles: **referência conceitual, normativa e descrição; unidade de medida (pessoas, ano, % etc.); unidade de análise (pessoa, domicílio, município, região, etc.); referência de tempo ou período (mês/ano, ano, etc.); referência de território (município, região, país, etc.); fonte de dados e instituição responsável (PNAD/IBGE, RAIS/MTE, etc.); método de cálculo (fórmula de cômputo e detalhes técnicos); e, por fim, usos, significados e limitações na interpretação da realidade social.** Os atributos característicos de um indicador foram uma das fontes de inspiração para estruturar variáveis descritivas na proposição da cesta de indicadores sociais LGBTQIA+.

Além disso, utilizou-se da “classificação temática dos indicadores sociais” proposta pelo mesmo autor (Jannuzzi, 2017). Sendo elas: **demografia, educação, saúde, mercado de trabalho, qualidade de vida, consumo doméstico, segurança alimentar, habitação, infraestrutura urbana, segurança pública, pobreza e desigualdade, meio ambiente, uso do tempo e direitos humanos.** Dentre elas, direitos humanos, segurança pública, demografia, educação, saúde, pobreza e mercado de trabalho foram utilizadas na proposição da cesta de indicadores LGBTQIA+.

Também utilizou-se de experiências internacionais como inspiração para elaboração de indicadores que poderiam ser coletados no Brasil e passíveis de serem incorporados às capacidades estatísticas nacionais. Através da leitura exploratória de publicações realizadas pelo Williams Institute¹¹ (Los Angeles, CA) até 2022, dentre elas, relatórios, instruções, comentários públicos, fichas técnicas, testemunho, “amicus brief” e opinião, observou-se: existência de informações sobre a demografia de pessoas LGBTQIA+ nos EUA, escolaridade deste grupo,

¹¹ Disponível em: <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/publications/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

questões de acesso à saúde (bem como saúde mental), condição socioeconômica da população, políticas públicas específicas em estados norte americanos, além de dados mais elaborados, como por exemplo, a relação entre impulsionamento da economia local em um estado possibilitado com a legalização do casamento entre pessoas do mesmo gênero. Também foram utilizadas experiências do escritório de estatísticas nacionais do Reino Unido¹², como as “*estatísticas experimentais sobre orientação sexual no Reino Unido em 2018 por região, sexo, idade, estado civil, etnia e classificação socioeconômica*”.

Fundamentando-se na literatura de indicadores sociais, nos demais levantamentos sobre a oferta nacional e experiências internacionais, foram propostos 59 indicadores agrupados em 11 categorias temáticas (disponíveis na Tabela 1 descrita abaixo), com o intuito de serem utilizados em qualquer etapa do ciclo de políticas públicas e passíveis de serem incorporados às capacidades estatísticas nacionais.

TABELA 1 – Indicadores sociais relativos à população LGBTQIA+ por categoria temática

CATEGORIA TEMÁTICA	INDICADOR
SAÚDE	Taxa de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ diagnosticadas com depressão por equipamentos de serviço público de saúde.
	Taxa de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e que tentaram ou ao menos pensaram em tirar a própria vida (suicídios).
	Taxa de insegurança alimentar por pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ no país.
	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e são fumantes.
	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e são alcoólatras.
	Distribuição percentual de alunos da rede pública de ensino que se autodeclaram LGBTQIA+ e que fazem uso de drogas lícitas (tais como, cigarro, tabaco, álcool).
	Mapeamento de que tipo de doenças são mais comuns entre pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e utilizam o sistema público de saúde.
	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e relataram ter

¹² Disponível em: <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/culturalidentity/sexuality>. Acesso em: 16 jan. 2022.

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

	sofrido algum tipo de discriminação em equipamentos públicos de saúde.
	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclararam LGBTQIA+ e sentem-se acolhidas ao usar os serviços públicos de saúde.
	Distribuição percentual de mulheres que se relacionam com outras mulheres e querem ter filhos que realizam acompanhamento e assistência médica regular.
	Distribuição percentual de mulheres que se relacionam com outras mulheres, e que realizam, regularmente, exames, consultas, cirurgias, consultas de rotina, entre outros atendimentos ginecológicos.
	Distribuição percentual de travestis e transexuais que exercem trabalho sexual e recebem acompanhamento regular no Serviço Único de Saúde (SUS).
DEMOGRAFIA	População residente que se autodeclara LGBTQIA+ no Brasil.
	População residente que se autodeclara LGBTQIA+ no Brasil por faixa etária.
	População residente que se autodeclara LGBTQIA+ no Brasil por cor ou raça.
	População residente que se autodeclara LGBTQIA+ no Brasil por área urbana e rural.
	Número de casais do mesmo gênero que se autodeclararam solteiros residentes no Brasil.
	Número de filhos por casal de pessoas do mesmo gênero.
	Distribuição percentual de casais do mesmo gênero que adotaram filhos.
	Número de registros em cartório de união estável entre pessoas do mesmo gênero.
	Número de registros em cartório de divórcio entre pessoas do mesmo gênero.
	Distribuição percentual de pessoas LGBTQIA+ que vivem sozinhas por faixa etária.
	Nível de escolaridade da população que se autodeclara LGBTQIA+ residente no Brasil.
	Distribuição percentual de alunos da rede pública de ensino que se autodeclararam LGBTQIA+ residentes no Brasil.
	Distribuição percentual de alunos da rede pública de ensino que se autodeclararam LGBTQIA+ e que se sentem seguros no ambiente escolar.
	Distribuição percentual das matrículas em cursos profissionalizantes por orientação sexual.
	Distribuição percentual de bolsistas CNPQ por orientação sexual.

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

EDUCAÇÃO	Distribuição percentual de escolas da rede pública no país que possuem, na grade curricular, temáticas LGBTQIA+ (desde saúde, prática sexual segura à saúde mental).
	Distribuição percentual de escolas da rede pública no país que realizam treinamentos com funcionários a fim de criar um ambiente de suporte para jovens LGBTQIA+.
	Taxa de evasão escolar da rede pública por jovens que se autodeclaram LGBTQIA+.
	Distribuição percentual de pessoas LGBTQIA+ que foram discriminadas no ambiente escolar em decorrência da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.
MERCADO DE TRABALHO	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ por tipo de ocupação profissional.
	Distribuição percentual de pessoas LGBTQIA+ que foram demitidas ou não foram aceitas em uma seleção de emprego por conta da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.
	Taxa de emprego formal entre pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+.
	Taxa de desemprego entre pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+.
	Distribuição percentual de mulheres lésbicas segundo o nível da função no setor público (considerando DAS-1 a DAS-6).
	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e são servidores públicos.
	Distribuição percentual de pessoas com 25 anos ou mais que ocupam cargos de direção, por sexo e orientação sexual.
SEGURANÇA PÚBLICA	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+, servidoras públicas, e que relataram ter sofrido algum tipo de discriminação no mercado de trabalho.
	Distribuição percentual de encarceramento de minorias sexuais no país.
	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e que são assediadas moralmente e/ou discriminadas por policiais.
	Taxa de assassinato de pessoas LGBTQIA+ no Brasil.
	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e sofreram discriminação em transportes públicos.
	Taxa de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ que sofreram algum tipo de discriminação.
	Taxa de pobreza de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ vivendo em áreas urbanas.

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

POBREZA	Taxa de pobreza de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ vivendo em áreas rurais.
	Taxa de pobreza em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero por faixa etária.
	Taxa de pobreza em decorrência da orientação sexual e identidade de gênero por cor/raça.
DIREITOS HUMANOS	Níveis de satisfação e felicidade de pessoas LGB após legalização do união estável homoafetiva.
	Taxa de aceitação social de pessoas que se autodeclaram LGB por estados.
	Mapeamento de políticas públicas sobre a comunidade LGBTQIA+ no Brasil.
	Proporção de esferas públicas no Brasil que possuem Organismos de Políticas para comunidade LGBTQIA+, em relação ao total.
HABITAÇÃO	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e possuem moradia própria.
	Distribuição percentual de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ em situação de rua no país por faixa etária.
	Número de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+ e foram expulsas de casa em decorrência da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.
RENDA	Taxa de crescimento econômico gerada pelo casamento de pessoas do mesmo gênero.
	Rendimento mensal de pessoas que se autodeclaram LGBTQIA+.
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Distribuição percentual de jovens que se autodeclaram LGBTQIA+ e estão em orfanatos/casas de abrigo/sistema de adoção, por faixa etária.
CULTURA	Mapeamento de equipamentos/programas, etc culturais voltados à comunidade LGBTQIA+.

Fonte: Elaboração própria.

Os indicadores descritos anteriormente foram detalhados, conforme os atributos característicos (Jannuzzi, 2017), na tabela abaixo. A lista completa¹³ para consultas está disponível nas notas de rodapé.

III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

TABELA 2 – Exemplo da cesta de indicadores relativos à população LGBT no Brasil

PROPOSIÇÃO DOS INDICADORES								REFERÊNCIAS		
Nome do Indicador	Classificação dos Indicadores Sociais	Objetivo	Forma de coleta/produção dos dados	Fonte dos dados	Periodicidade de apuração	Abrangência da Sigla	Abrangência Territorial	Observações	Referência na Literatura Internacional	Observações (parte internacional, quando houver)
População residente que se autodeclarou LGBTQIA+ no Brasil	Demográfico	Mensurar a população residente no país	Informações censitárias	IBGE	Decenal	LGBTQIA+	Brasil, Unidades da Federação, Municípios	-	Los Angeles, CA: The Williams Institute, UCLA School of Law. United Kingdom, UK: Office for National Statistics.	EUA: Dados de 2017, realizado a partir de entrevistas por telefone, amostra de 340.604 norte-americanos com idade igual ou superior a 18 anos. UK: Dados de 2014 a 2018.

Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, notou-se que os indicadores se concentraram nas áreas de saúde (20,3%), demografia (16,9%), educação (15,3%) e mercado de trabalho (13,6%), contribuindo para o objetivo inicial de proposição de indicadores em âmbito nacional em áreas que vivenciaram baixas quantidades de dados públicos. A transparência na gestão pública, possibilitada por meio da cesta de indicadores, garante que gestores tomem decisões pautadas em evidências e faz com que a população esteja ciente das principais discussões, permitindo que a mesma realize uma fiscalização dos órgãos públicos e tenha a quem recorrer em casos de não atendimento das suas demandas, como por exemplo, uma solução (ou ao menos a redução) para a discriminação de pessoas LGBTQIA+ em equipamentos públicos de saúde. Para análises futuras, além de tornar a planilha ainda mais robusta, também correlacionar-se-á as categorias temáticas dos indicadores, uma vez que as questões em políticas públicas são, em sua maioria, de natureza interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, observou-se que a utilização de evidências na gestão pública está atrelada à possibilidade de tomar decisões baseadas em resultados e que impactam na elaboração, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas LGBTQIA+. Isto acontece porque as capacidades estatísticas, associadas aos dados governamentais abertos e aos indicadores sociais criam um cenário favorável de produção de informações verídicas e confiáveis que podem ser utilizadas por diversos atores, sejam eles políticos, burocráticos, da imprensa ou sociedade, e em diferentes contextos, inclusive, como forma de pressionar os entes públicos para que medidas em prol da comunidade sejam aprovadas ou que ao menos tenham a chance de entrar na arena de discussões através de uma janela de oportunidade, como a implementação da plataforma digital de cadastramento da população LGBTQIA+ no município de São Paulo (São Paulo, 2022).

Observou-se que a ação das organizações e movimentos sociais LGBTQIA+, historicamente associadas à produção de dados sobre a temática para garantir a visibilidade e fundamentar as lutas da população por reconhecimento e políticas públicas num contexto de inação estatal, traduzem as principais questões deste grupo em conteúdo para uma possível entrada na agenda governamental, mas que por si só não garante que de fato serão incluídas, afinal as questões são uma situação social percebida e que não necessariamente despertam uma ação, enquanto o problema exige uma ação dos formuladores de políticas públicas ao perceberem a necessidade de uma dada questão (Capella, 2005). Em decorrência disso, reconhece-se o papel fundante das ações do Estado de forma a expandir os limites de uma única organização pública, por meio da capacidade sistêmica, dado que para que sejam construídas soluções destinadas aos problemas complexos, como os que envolvem a população LGBTQIA+, é necessário o envolvimento de múltiplos atores estatais nas várias esferas da federação, responsáveis por descrever e interpretar a situação social com o auxílio de dados e instrumentos analíticos de caráter multi e intersetorial.

A fim de contribuir para a superação dos desafios supracitados, apresentou-se possibilidades de ações, por parte dos órgãos governamentais, para mitigar as lacunas de informação relativas à população LGBTQIA+. Destacando-se a importância da atuação do



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

judiciário, por meio da proteção das minorias que contribui indiretamente para geração de dados através dos registros administrativos, além do incentivo ao debate público e produção de conhecimento, possibilitando extrair uma agenda e difundir informações verídicas relativas à população, e, por meio da proposição de uma cesta de indicadores sociais capaz de servir como insumo para produção de políticas públicas LGBTQIA+ em nível nacional.

Em relação às limitações da pesquisa, a ausência de dados e informações dificultaram a compreensão analítica dos desafios vivenciados pela população, esbarrando no problema de política pública explicitado ao longo do trabalho, e impactaram no processo de elaboração do artigo, justamente pelos materiais referência (documentos, entrevistas, literaturas, entre outros) sobre a temática LGBTQIA+ serem escassos. Também optou-se por não explorar determinados conceitos, como a discussão filosófica de gênero e sexualidade, bem como as políticas públicas com recorte interseccional (étnico-raciais, de gênero, desigualdades, condição socioeconômica, entre outros) em decorrência da limitação de espaço e escopo do trabalho.

Por fim, entende-se que o presente artigo faz parte de uma agenda de pesquisa, voltada à produção de conhecimento relativo à população LGBTQIA+, e traz como possibilidades futuras, a continuidade nos estudos considerando o recorte interseccional a fim de detalhar a cesta de indicadores, analisar quali e quantitativamente os dados a serem obtidos no 1º LesboCenso (2021) e propor indicadores sociais voltados a este grupo que é marginalizado dentro do próprio movimento LGBTQIA+ (Fernandes, 2018) e, por último, a mensurar o nível de comprometimento com a temática LGBTQIA+, por estado brasileiro, a partir de metodologias de avaliação e abertura de dados governamentais, de modo a diagnosticar o que existe nos estados em termos de dados, informações e demais registros oficiais LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Williams *et al.* Desafios no uso de dados abertos conectados na educação brasileira. In: WORKSHOP DE DESAFIOS DA COMPUTAÇÃO APLICADA À EDUCAÇÃO (DESAFIE!), 4., 2015, Recife, PE. **Anais...** Porto Alegre, RS: Sociedade Brasileira de Computação, 2015. p. 11-20. DOI: <https://doi.org/10.5753/desafie.2015.10036>



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

BORRET, Rita L. *et al.* Vulnerabilidades, interseccionalidades e estresse de minorias. In: CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JR., A. (ed.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 59-71.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Cartilha do Poder Judiciário**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaGlossarioMirim/anexo/CartilhaPoderJudiciario_24092018.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BREDA, Natália Fiorante; VAZ, José Carlos. Políticas públicas pautadas em evidências: proposição de um modelo de cesta de indicadores voltados à população LGBT. **Boletim de Políticas Públicas/OIPP**, São Paulo, SP, n. 14, p. 26-34, 2021. Disponível em: https://sites.usp.br/boletimoipp/wp-content/uploads/sites/823/2021/08/Breda_Vaz_junho_2021.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

BULGARELLI, Lucas *et al.* **LGBTIfobia no Brasil**: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização. São Paulo, SP: All Out e Instituto Matizes, 2021. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/s3.allout.org/images/LGBTIfobia_no_Brasil_-_All_Out_e_Instituto_Matizes.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de: Renato Aguiar. 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2024. (Sujeito e História).

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. In: ENCONTRO ANUAL DE ANPOCS, 29., 2005, Caxambu, MG. **Anais...** São Paulo, SP: ANPOCS, 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt19-21/3789-acapella-formacao/file>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARVALHO, Angelita Alves; BARRETO, Rafael Chaves Vasconcelos. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 9, p. 4059-4064, 2021. Disponível em: https://rnp-primo.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/vsvpiv/TN_cdi_doaj_primary_oai_doaj_org_article_470923c2ec914133bf6f2323e43d1a09. Acesso em: 10 jan. 2022.

CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JR., Ademir. Definições da sexualidade humana. In: CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JR., A. (ed.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 12-17.

CIASCA, Saulo Vito; POUGET, Frederic. Aspectos históricos da sexualidade humana e desafios para a despatologização. In: CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JR., A. (ed.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 18-27.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

CORSINI, Iuri; BARRETO, Elis. MPF apura exclusão de perguntas sobre comunidade LGBTQIA+ do Censo 2022. **CNN BRASIL**, Rio de Janeiro, RJ, 17/11/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mpf-apura-exclusao-de-perguntas-sobre-comunidade-lgbtqia-do-censo-2022/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DARGENT, Eduardo *et al.* **A quem importa saber?: a economia política da capacidade estatística na América Latina**. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2018. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/quem-importa-saber-economia-politica-da-capacidade-estatistica-na-america-latina>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, J. N. *et al.* (org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo, SP: Alameda Casa Editorial, 2018. p. 91-120.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1988.

FRUCHI, Heloise Christine Specie *et al.* Direito da diversidade sexual e de gênero. In: CIASCA, S. V.; HERCOWITZ, A.; LOPES JR., A. (ed.). **Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar**. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 496-506.

HOWLETT, Michael; PERL, Anthony; RAMESH, M. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2013.

ISOTANI, Seiji; BITTENCOURT, Ig Ibert. **Dados abertos conectados: em busca da web do conhecimento**. São Paulo, SP: Novatec Editora, 2015. Disponível em: http://pgcl.uenf.br/arquivos/dadosabertosconectados_011120181613.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 35, n. 1, n. art. e0055, 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 6. ed. Campinas, SP: Alínea, 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

LESBOCENSO Nacional. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://lesbocenso.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **Políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs): delimitando o problema conceitual**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2020. (Texto para Discussão, 2554). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35469. Acesso em: 13 jan. 2022.



III Semana da Demografia

Diálogos potenciais: os estudos de população frente aos avanços e retrocessos sociais

UNICAMP – 31 de março a 04 de abril de 2025

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, PR, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245806>

RIBEIRO, Moneda Oliveira. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, SP, v. 33, n. 4, p. 358-363, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62341999000400006>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SÃO PAULO (CIDADE). Prefeitura de São Paulo. **Dia da visibilidade trans**: cidade terá parceria em plataforma digital para cadastramento da população LGBTI. São Paulo, SP, 29/01/2022. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/dia-da-visibilidade-trans-cidade-tera-parceria-em-plataforma-digital-para-cadastramento-da-populacao-lgbti>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Daniela Salú Mateus *et al.* (R)existência LGBTQIA+: da ausência de dados à omissão governamental e vice-versa. **Boletim de Políticas Públicas/OIPP**, São Paulo, SP, n. 14, p. 16-25, 2021. Disponível em: https://sites.usp.br/boletimoipp/wp-content/uploads/sites/823/2021/08/Silva-et-al_junho_2021.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.

TAYLOR, Matthew M. O judiciário e as políticas públicas no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, RJ, v. 50, n. 2, p. 229-257, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000200001>. Acesso em: 14 jan. 2022.

VAZ, José Carlos; RIBEIRO, Manuella Maia; MATHEUS, Ricardo. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, Salvador, BA, v. 9, n. 1, p. 45-62, 2010.

WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Council of Europe Report**, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: 14 jan. 2022.

WU, X. M. R.; HOWLETT, M. Policy capacity: a conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. **Policy and Society**, London, v. 34, n. 3, p. 165-171, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.polsoc.2015.09.001>